



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM **CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**AVALIAÇÃO DO RISCO NOS PROCEDIMENTOS ADICIONAIS DE
AUDITORIA NO ÂMBITO DE UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

FILIPA DOS SANTOS NUNES

FEVEREIRO - 2026



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM **CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO **RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**AVALIAÇÃO DO RISCO NOS PROCEDIMENTOS ADICIONAIS DE
AUDITORIA NO ÂMBITO DE UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

FILIPA DOS SANTOS NUNES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA DANIELA ALEXANDRA SANTOS MONTEIRO
DOUTOR PEDRO MIGUEL GOMES

FEVEREIRO - 2026

RESUMO

Este relatório de estágio baseia-se numa revisão sistemática de literatura sobre a avaliação de risco em auditoria, com foco nos procedimentos adicionais aplicados quando são identificadas áreas mais sensíveis nas demonstrações financeiras, bem como na sua aplicação prática. O objetivo principal foi compreender como a avaliação de risco é realizada numa auditoria de demonstrações financeiras e como os auditores aplicam procedimentos adicionais em áreas críticas das demonstrações financeiras.

A primeira parte do relatório consiste numa revisão sistemática de literatura, explorando a influência do risco nos procedimentos adotados pelos auditores. Em seguida, descreve-se brevemente a entidade onde foi realizado o estágio e o processo de integração. Por fim, estabelece-se uma ligação entre os conceitos teóricos e a prática, verificando-se como o conhecimento se aplica à realidade observada durante o trabalho.

Com base na exploração bibliográfica e na experiência adquirida, concluiu-se que uma auditoria eficaz e eficiente não depende apenas de uma avaliação rigorosa dos riscos, mas também da aplicação de procedimentos adequados para mitigar esses riscos. O estágio foi fundamental para consolidar conhecimentos e desenvolver competências essenciais à prática da auditoria num ambiente profissional exigente.

Palavras-chave: Auditoria; Avaliação de Risco; Procedimentos de Auditoria.

Códigos JEL: M42; G32; M48

ABSTRACT

This internship report is based on a systematic review of the literature on risk assessment in auditing, focusing on the additional procedures applied when more sensitive areas are identified in the financial statements, as well as their practical application. The main objective was to understand how risk assessment is performed in auditing and how auditors apply additional procedures in critical areas of the financial statements.

The first part of the report consists of a systematic review of the literature, exploring the influence of risk on the procedures adopted by auditors. Next, the entity where the internship was carried out and the integration process are briefly described. Finally, a link is established between theoretical concepts and practice, verifying how knowledge applies to the reality observed during the work.

Based on the experience gained, it is concluded that an effective audit depends not only on a rigorous assessment of risks, but also on the application of appropriate procedures to mitigate those risks. The internship was fundamental in consolidating knowledge and developing skills essential to the practice of auditing in a demanding professional environment.

Keywords: Auditing; Risk Assessment; Audit Procedures.

JEL Codes: M42; G32; M48

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract.....	ii
Índice	iii
Índice de Tabelas	v
Agradecimentos	vi
Lista de Abreviaturas	vii
1. Introdução	1
2. Revisão Sistemática de Literatura	3
2.1. Metodologia.....	3
2.2. Estratégia de pesquisa.....	3
2.3. Seleção de estudos	4
2.4. Procedimentos de análise.....	7
2.5. Análise dos artigos selecionados	7
2.5.1. Avaliação do Risco, Eficiência e Eficácia	8
2.5.2. Fatores cognitivos e comportamentais.....	13
2.5.2.1. Heurísticas e processamento da informação de risco	14
2.5.2.2. Empowerment, ceticismo profissional e resposta ao risco	15
2.5.3. Influência das instituições e do enquadramento regulamentar	16
2.5.4. Contextos específicos de aplicação do modelo baseado no risco	18
2.5.5. Tecnologia, risco e transformação da resposta de auditoria	19
2.6. Síntese da Revisão Sistemática de Literatura	20
3. Apresentação do Estágio e Interligação com o Tema.....	25
3.1. Breve descrição da empresa e do estágio	25
3.2. Atividades desenvolvidas durante o estágio	26

3.3. Avaliação do risco e planeamento de auditoria	27
3.4. Risco e definição dos procedimentos adicionais	28
3.5. Controlo interno e ajustamento da resposta ao risco	29
3.6. Revisão subsequente e risco temporal	29
3.7. Limitações práticas e julgamento profissional	29
3.8. Papel da tecnologia	30
4. Conclusão	31
Referências	33
Declaração	38
Anexos	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I – Separação dos Artigos por anos	6
Tabela II - Separação por <i>Journal</i> , <i>Grade</i> , segundo a <i>ABDC Journal Quality List</i> ...	6
Tabela III – Tipo de risco	11
Tabela IV – Configuração do risco.....	12
Tabela V – Dimensão Analítica.....	16
Tabela VI – Tabela síntese	23
Tabela VII – Cronograma das atividades	41

AGRADECIMENTOS

O presente relatório de estágio representa o fecho do meu percurso no Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, o qual me orgulho de concluir.

Esta foi a casa que me recebeu no meu primeiro dia de faculdade e será esta mesma que verá fechadas as portas de mais uma fase da minha vida.

Todo este trajeto não seria possível sem a presença de todos aqueles que contribuíram, pessoal e profissionalmente, para a conclusão deste Trabalho.

Desde logo, agradeço à minha Orientadora, Professora Doutora Daniela Monteiro, pela disponibilidade e apoio que sempre me transmitiu, tal como a partilha de conhecimento, rigor e profissionalismo.

Não posso deixar também de agradecer à Deloitte pelo convite e pela oportunidade de realização do Estágio Curricular que, sem dúvida, foi essencial para o desenvolvimento de competências e me proporcionou um primeiro contacto com a realidade empresarial.

Aos meus Amigos e à minha Família, porque sem eles nada disto seria possível. Agradeço-vos, profundamente, a paciência e a força que sempre me transmitiram, apesar de todas as minhas indecisões e pânico a meio da noite. Sem vocês, certamente não conseguiria nada disto.

Do fundo do meu pequenino coração, agradeço a todos os que, de forma direta ou indireta contribuíram para a realização e término desta fase.

“E que a força do medo que tenho não me impeça de ver o que anseio.”

Fernando Pessoa

LISTA DE ABREVIATURAS

- CLC – Certificação Legal das Contas
- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- DOG – Declaração do Órgão de Gestão
- DTTL – *Deloitte Touche Tohmatsu LLC*
- DWW – *Deloitte Way Workflows*/ Fluxos de Trabalho da Deloitte
- GRA – *Guided Risk Assessment*/Avaliação de Risco Guiada
- ISA – *International Standard on Auditing*/Norma Internacional de Auditoria
- OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*
- PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*
- PSUR – *Products, Services, Utilities and Resources*/Produtos, Serviços, Utilidades e Recursos
- RBA – *Risk-based Audit*/Auditoria baseada no risco
- RDM – Risco de Distorção Material
- RMM Coverage Ratio – Risk of Material Misstatement Coverage Ratio*
- SEC - *U.S. Securities and Exchange Commission*
- SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

1. INTRODUÇÃO

Num ambiente empresarial exigente e regulamentado, a Auditoria financeira desempenha um papel fundamental ao garantir a transparência e a fiabilidade das informações, e consequentemente, a confiança dos diversos *stakeholders*. A crescente complexidade dos sistemas financeiros e das exigências normativas aumentaram a importância de uma abordagem rigorosa e estruturada na avaliação de risco e na aplicação de procedimentos adicionais.

A avaliação de risco tornou-se um processo cada vez mais multidimensional, integrando fatores quantitativos, qualitativos, comportamentais e tecnológicos, o que influencia a qualidade e a eficácia de uma auditoria. Neste contexto, a relação entre o risco e a definição dos procedimentos adicionais a realizar assume particular relevância, uma vez que os auditores ajustam continuamente a natureza, a extensão e o momento dos seus testes em função do risco identificado.

Assim, o presente relatório procura responder à seguinte questão: de que forma o nível de risco identificado influencia a natureza, a extensão e o momento dos procedimentos adicionais? A compreensão desta relação é essencial para assegurar a obtenção de evidência suficiente e apropriada e para promover uma auditoria de elevada qualidade.

À medida que as entidades se tornam mais complexas, as exigências regulatórias aumentam e a pressão por uma maior qualidade intensifica-se. Torna-se também essencial compreender, de forma sistemática, como os diferentes níveis de risco influenciam as respostas dos auditores em termos de planeamento e execução dos procedimentos.

Para obter uma visão mais abrangente e sintética desta relação, é realizada de seguida uma revisão sistemática da literatura, na qual são definidas estratégias de pesquisa padronizadas, critérios de inclusão e exclusão, e procedimentos de triagem e extração de dados de forma transparente e replicável. O principal objetivo desta revisão é apresentar uma síntese crítica sobre como o risco identificado molda os procedimentos adotados.

Adicionalmente, o presente relatório insere-se no âmbito de um estágio curricular do Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, ministrado pelo ISEG. O estágio decorreu na Deloitte & Associados, SROC, S.A., uma das maiores empresas de

auditoria a nível mundial, proporcionando uma oportunidade única de contacto direto com a realidade prática.

Neste sentido, outro dos objetivos deste trabalho é analisar como os auditores identificam e avaliam os riscos relevantes nas demonstrações financeiras e como planeiam e executam procedimentos de auditoria adicionais que assegurem a obtenção de evidência suficiente e apropriada, à luz da experiência adquirida em contexto profissional. O contributo deste estudo centra-se, assim, na ligação entre evidências de literatura académica e a experiência prática numa empresa de auditoria, oferecendo uma perspetiva aplicada sobre a relação entre risco e procedimentos.

Para esse efeito, a tese está dividida em quatro partes principais: uma revisão sistemática da literatura sobre os fundamentos teóricos e normativos da auditoria; a caracterização da empresa de acolhimento e do estágio; a interligação entre o tema e a prática durante o estágio; e, por fim, a apresentação das conclusões e reflexões críticas.

Ao articular a teoria com a prática, o objetivo é não só evidenciar as aprendizagens adquiridas durante o estágio, mas também contribuir para uma reflexão mais ampla sobre os desafios e as exigências da profissão de auditor nos dias de hoje.

2. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

2.1. Metodologia

A metodologia adotada para realizar esta revisão sistemática segue as diretrizes gerais do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), amplamente utilizado em áreas nas quais a identificação, a seleção e a síntese das evidências científicas precisam ser conduzidas com maior rigor metodológico (Page et al., 2021).

Embora a auditoria não possua um enquadramento metodológico padronizado ao nível das ciências, a aplicação do PRISMA facilita a transparência, a replicabilidade e a coerência do processo de revisão, conferindo maior confiabilidade às conclusões.

Neste cenário, a revisão sistemática da literatura pretende identificar e sistematizar as principais conclusões e identificar, ainda, tópicos de investigação futura sobre a relação entre a avaliação do risco de distorção material e os procedimentos de auditoria adicionais.

2.2. Estratégia de pesquisa

Este estudo visa transparecer como a avaliação do risco de distorção material influencia os procedimentos adicionais de auditoria, nomeadamente no que respeita à natureza, à amostra e à tempestividade. Para a seleção serão utilizados trabalhos empíricos sobre auditorias realizadas por auditores internos e externos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados académicas *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, com o objetivo de assegurar uma amplitude adequada de artigos publicados em revistas científicas e de literatura relevante. No processo de seleção, foram estabelecidos critérios de inclusão que restringiram a análise a artigos e relatórios técnicos, todos escritos em português ou inglês e publicados entre 2015 e 2025.

Este intervalo temporal foi escolhido de forma a refletir tanto as alterações normativas e os avanços tecnológicos ocorridos nesse período, como a implementação da Diretiva 2014/56/UE e do Regulamento (UE) n.º 537/2014 pela União Europeia, que reforçaram a avaliação de risco nas auditorias. Embora a Lei Sarbanes-Oxley de 2002 tenha iniciado a mudança nos EUA, foi após 2015 que novas normas da PCAOB e da SEC fortaleceram

ainda mais essa avaliação. O período abrange a consolidação dessas práticas e a maior disponibilidade de dados empíricos.

Tal como os critérios de inclusão, os de exclusão também foram imperativos. Assim, foram excluídos estudos que abordassem, por exemplo, exclusivamente o risco de distorção material, a menos que houvesse uma ligação explícita com procedimentos adicionais de auditoria. Adicionalmente, foram também excluídos relatos de casos que não apresentassem análise empírica, bem como opiniões, comentários ou notas editoriais sem dados substanciais. Estes critérios foram aplicados com vista a reduzir enviesamentos e a garantir a relevância dos artigos analisados.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram as seguintes: “*audit risk*”, “*assessed audit risk*”, “*inherent risk*”, “*control risk*”, “*detection risk*”, “*audit procedures*”, “*additional audit procedures*”, “*substantive procedures*”, “*audit effort*”, “*sample size*”, bem como os respetivos sinónimos, tanto em inglês como em português. Os mesmos foram combinados de inúmeras maneiras, tendo mesmo sido utilizadas estratégias de pesquisa estruturadas para maximizar a sensibilidade e a especificidade dos resultados, sendo os termos pesquisados no título, no resumo e nas palavras-chave. As pesquisas foram realizadas individualmente em cada base de dados e refinadas com filtros como *peer-reviewed*, área temática (*Business, Accounting & Finance*) e período temporal definido.

2.3. Seleção de estudos

A triagem inicial resultou na seleção de 466 artigos. Após a remoção dos duplicados, 312 artigos prosseguiram para uma análise baseada na categorização da revista/journal, considerando apenas aquelas classificadas como A*, A e B na *ABDC Journal Quality List* (Australian Business Deans Council, 2022). Esta classificação permitiu uma avaliação mais precisa da qualidade dos artigos selecionados, contribuindo para garantir a inclusão de artigos alinhados com o foco desta revisão e proporcionando uma abordagem mais consolidada para a seleção, uma vez que o objetivo é encontrar uma amostra representativa e pertinente sobre o tema.

Nesta fase, 169 artigos foram excluídos por terem sido publicados em revistas que não atendiam aos critérios de qualificação estabelecidos, resultando num total de 143 artigos que seguiram para análise.

Em seguida, realizou-se uma triagem com base no título e no resumo dos artigos, e 56 estudos foram excluídos por não se alinharem com o foco do tema da revisão. Na etapa seguinte, 87 artigos foram submetidos à leitura integral. Durante essa análise, 54 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão pré-estabelecidos, como estudos que abordavam exclusivamente o risco de distorção material sem uma conexão explícita com procedimentos adicionais de auditoria, ou que não apresentavam análise empírica entre os dois temas. Como resultado, a seleção final compreende 33 artigos, que constituem o *corpus* de análise desta revisão sistemática.

O processo pode ser sintetizado nos passos seguintes:

1. Identificação inicial: 466 artigos;
2. Triagem por Duplicados: após a remoção dos duplicados, restaram 312 artigos;
3. Triagem por Categorização da Revista: excluíram-se 169 artigos, resultando em 143 artigos com base na classificação das revistas como A*, A e B na *ABDC Journal Quality List*;
4. Triagem por Título e Resumo: excluídos 56 artigos com base na análise de título e resumo, por não atenderem aos critérios de relevância;
5. Elegibilidade: 87 artigos passaram à leitura integral, dos quais 54 foram excluídos por não cumprirem os critérios de inclusão, como a relevância temática ou a qualidade metodológica;
6. Inclusão: 33 artigos foram selecionados para a análise final.

Os 33 artigos analisados foram sistematizados segundo o ano de publicação e os jornais científicos em que foram publicados, bem como as respectivas classificações, conforme apresentado nas tabelas abaixo:

Tabela I – Separação dos Artigos por anos

<i>Ano</i>	<i>Nº de artigos</i>
2015	4
2016	2
2017	2
2018	1
2019	1
2020	4
2021	3
2022	3
2023	1
2024	6
2025	6
Total	33

Fonte: Elaboração Própria

Tabela II - Separação por *Journal*, *Grade*, segundo a *ABDC Journal Quality List*

<i>Journal</i>	<i>Grade</i>	<i>Nº de artigos</i>
<i>Accounting and Finance</i>	A	1
<i>Accounting Horizons</i>	A	3
<i>Asia Review of Accounting</i>	B	2
<i>Australasian Accounting Business and Finance Journal</i>	B	1
<i>Australian Accounting Review</i>	B	1
<i>China Journal of Accounting Research</i>	B	1
<i>Contemporary Accounting Research</i>	A*	6
<i>Current Issues in Auditing</i>	B	1
<i>European Journal of Operational Research</i>	A*	1
<i>International Journal of Auditing</i>	A	3
<i>Issues in Accounting Education</i>	A	1
<i>Journal of Accounting Education</i>	B	1
<i>Journal of Applied Accounting Research</i>	B	2
<i>Journal of Emerging Technologies in Accounting</i>	B	2
<i>Journal of Information Systems</i>	A	1
<i>Journal of Management in Engineering</i>	A	1
<i>Journal of risk and financial management</i>	B	1
<i>Managerial Auditing Journal</i>	A	2
<i>Review of Quantitative Finance and Accounting</i>	B	2
Total		33

Fonte: Elaboração Própria

2.4. *Procedimentos de análise*

Para assegurar a consistência entre estudos que apresentavam um elevado grau de heterogeneidade, foi elaborada uma tabela de análise que abrange os seguintes tópicos: tipo de estudo, abordagem ao risco, principais resultados, contribuições e limitações, bem como o contexto institucional e tecnológico.

A aplicação deste método permitiu a extração sistemática e comparável da informação relevante de todos os artigos, garantindo a uniformidade dos dados. Em seguida, foram organizados e agrupados por afinidade temática, utilizando um processo de categorização, a partir do qual surgiram diferentes eixos de análise.

A literatura analisada permitiu identificar linhas de investigação que estão diretamente associadas ao papel do risco e à sua influência nos procedimentos a serem realizados.

De forma geral, a análise dos estudos revela um pressuposto comum: o risco é considerado um elemento central, tanto no planeamento quanto na execução das atividades do auditor, o que, por sua vez, influencia a natureza, a extensão e o *timing* dos procedimentos aplicados.

2.5. *Análise dos artigos selecionados*

Os capítulos seguintes combinam, numa perspetiva descritiva e crítica, os 33 artigos selecionados sobre o impacto do risco nos procedimentos adicionais de auditoria. Os artigos abordam vários contextos institucionais, abordagens metodológicas e enquadramentos geográficos, proporcionando, assim, uma visão global de como o risco é identificado, interpretado e traduzido em resposta de auditoria no âmbito do modelo de auditoria baseada no risco (*risk-based audit*) (Vu et al., 2025).

De forma transversal, os estudos abordam o facto de o risco funcionar como um determinante dos contornos do planeamento e da execução da auditoria, afetando a natureza, a extensão e a oportunidade da aplicação de procedimentos adicionais pelos auditores. Adicionalmente, a literatura mostra que esta ligação prescritiva e geral nem sempre se traduz num ajustamento direto e linear, nem numa adoção consistente, sendo moderada por vários fatores cognitivos, institucionais, comportamentais e tecnológicos.

Ao observar criticamente a investigação realizada, é possível observar a maneira como a auditoria deve lidar com os riscos de acordo com as normas, como também compreender como isso realmente acontece, o que acaba por revelar discrepâncias e tensões estruturais no processo de auditoria.

2.5.1. Avaliação do Risco, Eficiência e Eficácia

A evidência empírica apresentada em diversos estudos confirma que a percepção de um risco mais elevado conduz, por norma, ao reforço de procedimentos adicionais de auditoria, traduzindo-se num maior esforço, num incremento de testes substantivos, numa recolha adicional de provas externas e numa intensificação da supervisão e da revisão do trabalho realizado. De forma consistente, a avaliação do risco constitui o ponto de partida para a definição da natureza, da oportunidade e da extensão desses procedimentos. Os auditores recorrem a um conjunto alargado de respostas procedimentais quando identificam níveis mais elevados de risco, seja este inerente ou de controlo, uma vez que o risco de distorção material resulta da combinação desses dois riscos (Cipriano et al., 2016).

O esforço de auditoria em função do risco percebido no mercado evidencia uma associação clara entre o risco e o aumento de horas e honorários, refletindo a necessidade de reduzir o risco a um nível aceitável, por meio do reforço dos procedimentos aplicados (Jung, 2016). Em termos práticos, este reforço manifesta-se não só no aumento do volume de trabalho, mas também na ampliação da profundidade dos testes e no recurso a provas de fonte externa (Graham et al., 2018).

Embora a eficácia de uma auditoria aumente com o aumento dos procedimentos, a eficiência operacional diminui, o que revela um *trade-off* estrutural entre custo e qualidade (Laitinen & Laitinen, 2015). Esta tensão é particularmente visível quando se analisa a relação entre risco, esforço e resultados de auditoria, sugerindo que o equilíbrio entre eficácia e eficiência continua a depender, em grande medida, do julgamento profissional e das condições organizacionais presentes em cada contexto (Backof et al., 2025; Seidel, 2017).

Simultaneamente, identificam-se situações em que o aumento do risco não se traduz automaticamente numa resposta procedimental adequada, verificando-se, em alguns casos, uma incongruência entre o risco identificado e os procedimentos adotados,

resultante de fatores cognitivos, limitações metodológicas, pressão institucional ou constrangimentos de tempo e/ou de recursos (Fay et al., 2015; Seidel, 2017). Esta evidência reforça a ideia de que a ligação entre risco e procedimentos adicionais é técnica e socialmente construída, sendo ajustada pelo contexto organizacional e pela forma como o auditor interpreta e aplica o conceito (Abidin, 2017; Kang et al., 2020)

Os artigos que abordam o risco inerente mostram que este é um dos principais fatores que determinam o esforço de auditoria. Em contextos com elevada subjetividade contabilística, estimativas, instrumentos financeiros complexos ou elevada incerteza, os auditores tendem a aumentar a natureza e a extensão dos testes adicionais, reforçando os testes substantivos, aumentando a utilização de provas externas e os processos de documentação e revisão do trabalho realizado (Cipriano et al., 2016; Rummell & Weickgenannt, 2021).

O estudo experimental analisado demonstra que a perceção de risco inerente leva os auditores a adotarem estratégias de verificação mais conservadoras e a reforçarem o ceticismo profissional, mesmo que isso implique um maior esforço e custos adicionais (Bradbury & Scott, 2022).

No entanto, a literatura mostra que esta resposta nem sempre é proporcional ao risco identificado. Em particular, verificam-se situações de sub-reação perante riscos de natureza qualitativa ou menos visíveis no relato financeiro. Nestas situações, os auditores tendem a apoiar-se em procedimentos padronizados ou em estratégias de continuidade baseadas no trabalho do ano anterior, reduzindo o grau de adaptação da abordagem de auditoria (*Audit Approach*) às especificidades do risco identificado (Fay et al., 2015).

Além disso, a eficácia do Sistema de Controlo Interno é crucial para a avaliação do risco inerente. Quando os controlos internos são eficazes, o RDM tende a ser reduzido, diminuindo a necessidade de um esforço intensivo. Por outro lado, a presença de deficiências, tal como descrito por Seidel, 2017, pode aumentar o risco e, consequentemente, o esforço de auditoria necessário.

Esta evidência revela um dos principais desafios do modelo de auditoria baseada no risco: transformar perceções de risco complexas e, por vezes, ambíguas, em respostas procedimentais verdadeiramente proporcionais e consistentes, garantindo que o esforço

de auditoria reflita efetivamente o perfil de risco associado à entidade e às suas demonstrações financeiras (Laitinen & Laitinen, 2015).

O risco de distorção material desempenha um papel central no planeamento da auditoria, servindo de motor para a definição das respostas no âmbito dos procedimentos adicionais. Neste âmbito, o artigo “*Audit mode charge, corporate governance and audit effort*”, que introduz o conceito de *RMM Coverage Ratio*, constitui uma contribuição particularmente relevante, ao demonstrar empiricamente que, mesmo em empresas de grande dimensão, com metodologias estruturadas e equipas experientes, uma parte significativa dos auditores não ajusta de forma adequada os procedimentos adicionais aos riscos de distorção material identificados (Li et al., 2024). Os resultados evidenciam que uma proporção significativa dos *engagements* apresenta um desalinhamento entre o risco e os procedimentos, o que revela falhas no encadeamento lógico entre o risco e a resposta esperada no modelo de auditoria baseada no risco (Cao et al., 2015 e Seidel, 2017).

Este fenómeno é associado a vários fatores, nomeadamente a padronização excessiva das metodologias de auditoria, a dependência de programas de trabalho pré-definidos ou replicados a partir de períodos económicos anteriores, a pressão decorrente de prazos e orçamentos, bem como as dificuldades inerentes à operacionalização de riscos predominantemente qualitativos (Cao et al., 2015; Fay et al., 2015).

Esta evidência constitui uma crítica implícita ao ideal normativo do RBA (*Risk-based Approach*), sugerindo que a existência de metodologias formais não garantem, por si só, a consistência e adaptação ao risco no contexto profissional, sobretudo quando o julgamento do auditor é condicionado (Fay et al., 2015; Lisic et al., 2019; Seidel, 2017).

Ao detetar risco de fraude, os auditores adotam procedimentos mais robustos para mitigá-lo, como confirmações externas, testes direcionados e revisões mais aprofundadas das áreas vulneráveis a distorções. Estudos de Abidin (2017) e Kang et al. (2020) destacam a importância de capacitar as equipas de auditoria, com auditores mais autónomos e céticos, pois estes tendem a ser mais diligentes na deteção de fraudes, tal como o artigo de Austin et al., 2025, afirma.

A articulação entre risco e procedimentos adicionais deve ser entendida como um processo contínuo de interpretação e ajustamento, e não como um mecanismo automático decorrente da aplicação mecânica da metodologia. Em conformidade com esta perspetiva

e com vista a sintetizar a relação identificada entre os diferentes tipos de risco e os procedimentos adicionais observados nos estudos analisados, apresenta-se a Tabela III.

Tabela III – Tipo de risco

<i>Tipo de Risco</i>	<i>Procedimentos Adicionais Observados</i>	<i>Principais Resultados</i>	<i>Referências Bibliográficas</i>
<i>Risco inerente elevado</i>	Aumento de testes substantivos; maior recolha de evidências externas; ampliação de amostras.	Os auditores tendem a reforçar o esforço quando percecionam risco inerente elevado, embora nem sempre de forma proporcional.	Cipriano et al. (2016) e Graham et al. (2018)
<i>Risco de distorção material (RDM)</i>	Customização esperada dos procedimentos; necessidade de alinhamento do risco-resposta.	Uma fração dos <i>engagements</i> revela desalinhamento entre risco identificado e procedimentos aplicados.	Cao et al. (2015) e Seidel (2017)
<i>Risco de fraude</i>	Procedimentos adicionais orientados para confirmação externa, testes direcionados e revisão acrescida.	Equipas empoderadas respondem melhor ao risco de fraude e recomendam respostas de auditoria mais robustas.	Abidin (2017), Austin et al. (2025) e Kang et al. (2020)

Fonte: Elaboração Própria

Os estudos que analisam a relação entre risco, eficiência e eficácia evidenciam a existência de um *trade-off* estrutural entre estes conceitos. À medida que o risco aumenta, os auditores tendem a intensificar o volume e a profundidade dos procedimentos adicionais, o que inevitavelmente leva a um aumento do esforço e a uma diminuição da eficiência operacional. No entanto, este reforço está associado a ganhos de eficácia do trabalho de auditoria, nomeadamente uma maior probabilidade de deteção de erros e uma diminuição do risco de emitir opiniões incorretas (Jung, 2016; Laitinen & Laitinen, 2015)

A literatura sugere, assim, que o aumento do risco leva a decisões orientadas para a proteção da qualidade e da credibilidade do relatório de auditoria, mesmo que isso implique custos adicionais. Esta evidência confirma a natureza prudencial da profissão e demonstra que, em contextos de risco elevado, associados a um contexto de supervisão e controlo, os auditores tendem a privilegiar a salvaguarda da qualidade do seu trabalho em

detrimento da poupança de recursos, ao reforçarem os testes substantivos, aumentarem a recolha de provas externas e intensificarem a revisão e supervisão das equipas (Cahan et al., 2022; Jung, 2016).

No entanto, o aumento do esforço não se traduz necessariamente, num aumento proporcional da eficácia, sobretudo quando o aumento dos procedimentos resulta de motivações defensivas ou regulatórias, e não de uma análise substantiva do perfil de risco (Fay et al., 2015; Seidel, 2017). Estas conclusões reforçam a necessidade de um planeamento crítico que assegure não apenas “mais procedimentos”, mas sim “procedimentos mais adequados” às áreas efetivamente expostas ao risco de distorção material (Cao et al., 2015; Seidel, 2017).

Em conformidade com a ideia apresentada nestes últimos capítulos, a Tabela IV apresenta uma síntese comparativa das diferentes configurações de risco e das respetivas respostas de auditoria, realçando o impacto destas no processo de auditoria.

Tabela IV – Configuração do risco

<i>Configuração de Risco</i>	<i>Resposta de Auditoria Observada</i>	<i>Impacto na Eficiência</i>	<i>Impacto na Eficácia</i>	<i>Referências Bibliográficas</i>
<i>RDM elevado e reconhecido</i>	Reforço de testes substantivos, revisão adicional, evidências externas.	Eficiência reduzida devido ao maior esforço.	Eficácia aumentada; menor probabilidade de erro não detetado.	Jung (2016) e Laitinen & Laitinen (2015)
<i>RDM elevado mas subavaliado</i>	Procedimentos pouco ajustados; dependência de trabalho anterior.	Aparentemente eficiente no curto prazo.	Risco acrescido de opinião inadequada.	Fay et al. (2015) e Seidel (2017)

Fonte: Elaboração Própria

2.5.2. Fatores cognitivos e comportamentais

Uma grande parte dos estudos analisados mostra que a resposta dos auditores ao risco não depende apenas de fatores técnicos, mas também de processos cognitivos, comportamentais e psicológicos. A literatura mostra que, em ambientes complexos, os auditores recorrem frequentemente a estratégias de decisão simplificadas, o que pode

conduzir à subavaliação de riscos qualitativos e à sobrevalorização de riscos mais visíveis (Fay et al., 2015; Lisic et al., 2019; Seidel, 2017).

Os resultados dos estudos analisados apontam, assim, para uma tendência de reação mais forte aos riscos associados ao escrutínio regulatório, à inspeção ou à exposição reputacional do que aos riscos essencialmente económicos ou operacionais. Esta tendência origina discrepâncias entre o risco identificado e os procedimentos adotados, evidenciando limitações cognitivas e pressões externas, conforme sugerem Fay et al., 2015 e Seidel, 2017.

Johnson, Keune e Winchel (2018) afirmam que os auditores tendem a concentrar-se no risco regulatório devido à pressão para evitar danos na reputação. Esta ideia reflete uma resposta influenciada por fatores cognitivos, como a perceção de que o regulador exerce uma autoridade coerciva, o que leva os auditores a adotarem procedimentos de auditoria mais rigorosos, muitas vezes em detrimento da análise objetiva de outros riscos.

Esta dinâmica contribui para desvios sistemáticos entre o risco identificado e os procedimentos adicionais selecionados, revelando limitações humanas no exercício do julgamento profissional e sugerindo que parte da resposta ao risco pode ser moldada por incentivos externos e pressões organizacionais (Fay et al., 2015; Seidel, 2017).

Existe assim, uma possível discrepância entre o risco “real” e o “percebido”, sendo este último o que, na prática, orienta a definição da natureza e extensão dos procedimentos de auditoria. A literatura analisada sugere também que fatores como pressão de tempo, carga de trabalho, experiência profissional e clima organizacional influenciam a forma como o risco é interpretado e operacionalizado (Lisic et al., 2019; Seidel, 2017).

A análise crítica deste conjunto de estudos permite concluir que o modelo normativo RBA só pode ser plenamente compreendido quando articulado com a dimensão humana e comportamental do julgamento profissional. É necessário reconhecer que a transformação do risco em procedimentos adicionais resulta não apenas da aplicação técnica de normas, mas também da forma como os auditores percecionam, processam e respondem às diferentes configurações de risco presentes em cada contexto de auditoria (Abidin, 2017; Lisic et al., 2019).

2.5.2.1. *Heurísticas e processamento da informação de risco*

Os estudos centrados no papel das heurísticas demonstram que os auditores tendem a privilegiar indicadores de risco mais visíveis e quantificáveis — como variações financeiras ou indicadores analíticos objetivos — em detrimento de sinais qualitativos associados a fatores de governação, cultura organizacional ou incentivos da gestão. Quando a informação de risco é pouco estruturada, verifica-se maior propensão à adoção de estratégias de continuidade baseadas em procedimentos de anos anteriores, o que reduz a adaptação dos procedimentos adicionais ao perfil de risco específico do período atual (Fay et al., 2015; Lisic et al., 2019).

Esta dinâmica sugere que as heurísticas funcionam como mecanismos de simplificação cognitiva que, embora eficientes do ponto de vista operacional, podem limitar a capacidade do auditor para identificar riscos qualitativos ou menos evidentes.

Deste modo, o processo de avaliação de risco pode deixar de refletir a complexidade das áreas suscetíveis a distorções materiais, o que pode comprometer a correspondência entre o risco identificado e a resposta de auditoria (Cao et al., 2015).

Por outro lado, a investigação efetuada mostra que a disponibilização de informação estruturada e explicitamente associada a potenciais distorções materiais melhora significativamente a ligação entre o risco e os procedimentos adicionais. As ferramentas de apoio à tomada de decisão, as *checklists* analíticas e os mecanismos de enquadramento cognitivo contribuem para aumentar a sensibilidade dos auditores aos riscos qualitativos, reduzindo a probabilidade de omissão de áreas relevantes e promovendo respostas procedimentais mais alinhadas ao perfil de risco da entidade (Abidin, 2017).

Esta evidência reforça a importância de encarar o julgamento profissional não apenas como uma competência individual, mas também como um processo que pode e deve ser apoiado e moldado por instrumentos metodológicos adequadamente concebidos, capazes de mitigar os efeitos das heurísticas e de fortalecer a qualidade da resposta ao risco no âmbito da auditoria baseada no risco (Lisic et al., 2019).

2.5.2.2. *Empowerment, ceticismo profissional e resposta ao risco*

Os artigos que analisam o *empowerment* das equipas de auditoria evidenciam que os contextos organizacionais que promovem a autonomia psicológica, o apoio da liderança

e a participação ativa no processo de tomada de decisão estão associados a uma resposta mais consistente aos riscos identificados, em particular no que diz respeito ao risco de fraude.

Os auditores que se sentem empoderados demonstram um nível superior de ceticismo profissional, recomendando e executando procedimentos adicionais mais robustos, dando preferência a evidências de fonte externa e a análises direcionadas às áreas de maior vulnerabilidade (Abidin, 2017).

Estes resultados sugerem que a qualidade da resposta ao risco depende da cultura organizacional e do modelo de liderança das empresas de auditoria, que funcionam como fatores mediadores entre o risco percebido e os procedimentos executados (Abidin, 2017; Lisic et al., 2019). Por outro lado, contextos muito hierarquizados ou orientados para objetivos específicos podem inibir a expressão do julgamento crítico, levando a respostas mais conservadoras ou padronizadas em termos procedimentais, independentemente do perfil de risco identificado (Fay et al., 2015).

Os estudos analisados demonstram que a resposta ao risco não resulta apenas da competência técnica individual do auditor, mas também das condições institucionais e culturais que enquadram o exercício do julgamento profissional (Abidin 2017; Lisic et al., 2019). Neste sentido, a Tabela V sintetiza os principais fatores cognitivos e institucionais identificados na literatura, bem como o respetivo impacto na seleção dos procedimentos adicionais de auditoria.

Tabela V – Dimensão Analítica

<i>Dimensão Analítica</i>	<i>Evidência dos Estudos</i>	<i>Efeito na Seleção de Procedimentos</i>	<i>Implicações para a Qualidade da Auditoria</i>	<i>Referências Bibliográficas</i>
<i>Heurísticas e processamento de informação</i>	Audidores privilegiam indicadores quantitativos e subavaliam riscos qualitativos.	Reprodução de procedimentos do ano anterior; menor adaptação ao risco específico.	Potencial desalinhamento risco–procedimento; necessidade de apoio estrutural ao julgamento.	Fay et al. (2015) e Lisic et al. (2019)
<i>Empowerment e clima organizacional</i>	Equipas com maior autonomia exibem maior ceticismo profissional.	Maior probabilidade de aplicação de testes adicionais relevantes.	Melhor correspondência entre riscos identificados e respostas de auditoria.	Abidin (2017) e Lisic et al. (2019)
<i>Tecnologia e análise avançada</i>	Uso de <i>process mining</i> , <i>continuous auditing</i> e <i>analytics</i> .	Priorização de áreas críticas e monitorização contínua.	Potencial aumento da eficácia, dependente do julgamento crítico do auditor.	Abidin (2017) e Lisic et al. (2019)

Fonte: Elaboração Própria

2.5.3. Influência das instituições e do enquadramento regulamentar

Em seguida, será abordada a influência da supervisão externa, tal como, o papel de um segundo órgão de fiscalização no processo de auditoria. Será demonstrado que fatores como o risco de inspeção regulatória, a pressão do mercado, as expectativas dos *stakeholders* e a intervenção dos órgãos de supervisão e gestão afetam diretamente a intensidade e a natureza dos procedimentos adicionais selecionados (Dwyer et al., 2024; McCallen et al., 2025).

Em diversos contextos, verifica-se que os auditores tendem a reagir mais fortemente aos riscos institucionais, tais como potenciais sanções, escrutínio público ou danos reputacionais, do que aos riscos estritamente financeiros ou operacionais (Abidin, 2017; Fay et al., 2015).

Esta evidência suscita questões críticas sobre a correspondência entre os incentivos institucionais e o objetivo substancial da auditoria, sugerindo que parte da resposta ao risco pode ser motivada por lógicas defensivas, orientadas para a proteção da empresa de

auditoria, e não apenas pela procura de qualidade técnica (Fay et al., 2015). Muitas vezes, o reforço da documentação da prova de auditoria, o aumento do volume de testes e a adoção de posições mais conservadoras resultam não apenas da avaliação do risco de distorção material, mas também da perceção do risco institucional associado ao *engagement* (Jung, 2016).

Embora este comportamento possa contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho de auditoria, existe o alerta para o risco de os procedimentos adicionais passarem a refletir estratégias de gestão de *accountability* perante os reguladores e os utilizadores externos, perdendo a ligação direta com a estrutura de risco de distorção material ao nível do relato financeiro (Cao et al., 2015; Fay et al., 2015; Kim & Park, 2024). Esta tensão evidencia a importância de alinhar os incentivos institucionais com os objetivos substantivos de auditoria, garantindo que a resposta ao risco permaneça orientada para a mitigação das distorções materiais mais relevantes, e não apenas para a conformidade formal com as exigências de supervisão e controlo (Abidin, 2017).

Os estudos que analisam o impacto do risco de inspeção mostram que, quando os auditores antecipam uma maior probabilidade de escrutínio por parte das entidades reguladoras, tendem a aumentar a extensão da documentação, a amplitude dos testes substantivos e a prudência das suas decisões (Dominic et al., 2024; Fay et al., 2015; Jung, 2016). Embora este comportamento possa potenciar a qualidade do trabalho, é discutido o risco de desenvolvimento de práticas defensivas, nas quais os procedimentos adicionais são orientados mais para o cumprimento regulamentar do que para uma resposta efetiva aos riscos materiais de distorção na informação financeira (Cao et al., 2015; Fay et al., 2015).

Os estudos centrados no papel do *audit committee* evidenciam que este órgão de governação atua como um mediador positivo da relação risco-procedimentos, promovendo maior transparência no planeamento da auditoria e incentivando os auditores a justificarem explicitamente o alinhamento entre os riscos identificados e as respostas adotadas (Whitfield et al., 2024). A existência de um comité de auditoria ativo e competente, que se consubstancia num segundo órgão de fiscalização, podendo em Portugal assumir a forma de um Conselho Fiscal, de uma Comissão de Auditoria ou de um Conselho Geral de Supervisão, está associado à adoção de procedimentos adicionais

em áreas de maior risco por parte do auditor externo. Este órgão desempenha um papel fundamental na supervisão das práticas de auditoria e no fortalecimento dos controlos internos da empresa, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade global da auditoria e mitigação de riscos (Abidin, 2017).

No artigo “*Factors influencing the implementation of risk-based auditing*”, de 2017, Abidin, salienta que a eficácia deste órgão depende da independência e dos conhecimentos técnicos dos seus membros, o que significa que o seu impacto não é uniforme em todos os contextos organizacionais.

2.5.4. Contextos específicos de aplicação do modelo baseado no risco

Em auditorias de grupo e auditorias no setor público, a relação entre o risco e os procedimentos adicionais adquire características próprias, revelando, simultaneamente, o potencial e as limitações estruturais do modelo de RBA. As especificidades organizacionais, a composição das equipas e o enquadramento institucional condicionam a forma como o risco é identificado, interpretado e transformado em respostas de auditoria (Graham et al., 2018).

Nas auditorias de grupo, a dispersão geográfica, a heterogeneidade das equipas e a dependência do trabalho dos auditores introduzem desafios adicionais à identificação e resposta aos riscos. É também verificada uma tendência para a subvalorização dos riscos qualitativos ao nível das subsidiárias, sobretudo quando existe uma elevada confiança na empresa do grupo ou quando os mecanismos de comunicação e supervisão entre equipas são limitados (Abidin, 2017; Fay et al., 2015; Yang et al., 2021).

Estas limitações podem conduzir a um desalinhamento entre o perfil de risco existente nas componentes e os procedimentos adicionais efetivamente aplicados no âmbito da auditoria do grupo (Graham et al., 2018).

No setor público, a adoção gradual da auditoria baseada no risco tem contribuído para reduzir práticas excessivamente burocráticas e para orientar os procedimentos adicionais para as áreas de maior relevância económica e social (Awadallah & Elsaid, 2020). Ainda assim, segundo o artigo “*Analysts’ cash flow forecasts, audit effort, and audit opinions on internal control*”, refere-se que a aplicação total do modelo depende da disponibilidade de recursos, da competência técnica das equipas e do grau de maturidade institucional das entidades fiscalizadoras. Em contextos menos desenvolvidos, persistem

constrangimentos que limitam a tradução consistente do risco identificado em respostas procedimentais adequadas (Mao & Yu, 2015).

Em suma, os estudos que analisam estes contextos específicos demonstram que o impacto do RBA não é homogêneo, sendo fortemente condicionado pelo contexto organizacional e pelo ambiente institucional em que a auditoria é realizada. A aplicação do modelo baseado no risco revela-se, assim, uma oportunidade para melhorar a qualidade da auditoria, ao mesmo tempo que realça as limitações práticas e estruturais da sua aplicação (Graham et al., 2018; Mao & Yu, 2015).

2.5.5. Tecnologia, risco e transformação da resposta de auditoria

Um dos estudos analisa o papel da tecnologia na identificação e resposta a riscos complexos, destacando a contribuição de ferramentas como *machine learning*, *process mining* e *continuous auditing*. A literatura sugere que estas tecnologias aumentam consideravelmente a capacidade analítica dos auditores, ao permitirem o acesso e o tratamento de grandes volumes de dados, a monitorização quase contínua de transações e a definição de áreas críticas para a aplicação de procedimentos adicionais. Em particular, o uso de técnicas analíticas avançadas potencia uma abordagem mais dinâmica e direcionada na seleção dos procedimentos de auditoria, reduzindo a probabilidade de concentração excessiva de esforços em áreas de baixo risco (Cipriano et al., 2016; Duan et al., 2025; Eulerich et al., 2020; Liu et al., 2025).

No entanto, os autores analisados salientam que a tecnologia não substitui o julgamento profissional do auditor, mas sim reconfigura a forma como este é exercido. O aumento da quantidade e da diversidade da informação disponível implica o desenvolvimento de novas competências interpretativas e o reforço da capacidade crítica necessária para transformar resultados analíticos em decisões procedimentais adequadas. A interpretação dos *outputs* tecnológicos e a sua tradução em respostas de auditoria continuam, assim, a depender da experiência, do discernimento e da responsabilidade profissionais do auditor (Lisic et al., 2019).

Assim, a tecnologia surge simultaneamente como oportunidade e desafio, pois por um lado, aumenta a capacidade de identificação e monitorização do risco, e por outro, exige uma reflexão contínua sobre a forma como o risco é concebido e aplicado no processo de

auditoria, tal como sobre o papel do julgamento na mediação entre a evidência analítica e os procedimentos adicionais.

2.6. Síntese da Revisão Sistemática de Literatura

A análise integrada dos 33 artigos permite concluir que o risco é o principal fator que determina a seleção e a execução de procedimentos adicionais de auditoria, confirmando o princípio central do modelo de RBA. No entanto, a literatura demonstra também que esta relação é mediada por fatores humanos, institucionais e tecnológicos, que podem tanto reforçar quanto distorcer o alinhamento entre o risco identificado e a resposta de auditoria.

Do ponto de vista teórico, os estudos analisados sugerem que o modelo do RBA deve ser compreendido como um enquadramento orientador, e não como um esquema determinístico. A conversão do risco em procedimentos adicionais resulta de um processo interpretativo complexo, dependente do contexto organizacional, do enquadramento regulamentar, das condições cognitivas e psicológicas das equipas e dos instrumentos tecnológicos disponíveis (Abidin, 2017; Cao et al., 2015; Lisic et al., 2019).

Uma primeira linha de investigação centra-se na avaliação do risco de auditoria como fator determinante no planeamento da auditoria. Os artigos analisados demonstram que os auditores tendem a ajustar as suas abordagens com base na perceção do risco, o que se manifesta em diversas práticas, como o aumento da profundidade dos testes substantivos, a seleção de amostras mais abrangentes e a modificação do foco e do equilíbrio entre testes de controlo e testes substantivos. Esta linha de investigação sugere uma correlação entre níveis elevados de risco e a adoção de estratégias de auditoria caracterizadas pelo conservadorismo, bem como um maior esforço durante o processo de auditoria, refletindo a preocupação em reduzir a probabilidade de emissão de opiniões inadequadas.

Uma segunda vertente do estudo investiga a relação entre risco, qualidade da auditoria e da informação financeira. De acordo com os estudos, uma avaliação rigorosa do risco está associada à implementação de procedimentos adicionais mais robustos, o que resulta numa maior fiabilidade das demonstrações financeiras. Alguns autores destacam que a forma como o risco é incorporado na avaliação profissional do auditor exerce influência direta sobre a eficácia dos procedimentos de auditoria, afetando, consequentemente, a capacidade de detetar discrepâncias materialmente relevantes.

Outra área relevante examina a interrelação entre risco, controles internos e governança corporativa. Os artigos analisados revelam que ambientes de controlo interno mais frágeis ou estruturas de governança ineficazes tendem a intensificar a perceção de risco por parte dos auditores, o que, por sua vez, resulta na implementação de procedimentos de auditoria mais extensivos e detalhados (Li et. al., 2020). A literatura analisada evidencia que a avaliação do risco não ocorre de forma isolada, mas, em vez disso, depende da análise integrada do risco inerente, do risco de controlo e do contexto organizacional da entidade auditada.

Adicionalmente, observa-se uma linha de pesquisa dedicada à análise do impacto do risco na seleção e na combinação dos procedimentos adicionais. Em contextos caracterizados por elevado risco, a tendência é a de valorizar mais os testes substantivos em comparação aos testes de controlo, bem como recorrer a técnicas de análise de dados mais sofisticadas. Esta vertente ressalta a crescente importância do julgamento profissional na adaptação dos procedimentos às características específicas do risco identificado.

Por fim, um campo de investigação em ascensão estabelece a correlação entre o risco e a adoção de tecnologias e ferramentas analíticas. A integração de *data analytics* e sistemas de informação pode transformar tanto a avaliação quanto a resposta ao risco, facilitando a implementação de procedimentos contínuos e focados nas áreas de maior risco.

Em síntese, as áreas de pesquisa identificadas convergem na ideia de que o risco associado ao processo exerce uma influência significativa na determinação dos procedimentos, afetando o planeamento, a execução e, por conseguinte, a qualidade do trabalho realizado pelo auditor. No entanto, esta relação não é mecânica, nem automática sendo mediada pelo julgamento profissional, pelo contexto organizacional, pelos enquadramentos institucionais e pelas ferramentas tecnológicas disponíveis.

Neste sentido, a resposta ao risco exige mais do que o mero cumprimento formal das normas e metodologias. A conversão do risco em testes adicionais apropriados depende de condições organizacionais que fomentem o ceticismo profissional, de contextos institucionais que alinhem os incentivos à qualidade da auditoria e de ferramentas tecnológicas que apoiem, mas não substituam, o julgamento do auditor.

Assim, o desenvolvimento futuro da auditoria baseada no risco deverá centrar-se numa integração equilibrada entre técnica, contexto e comportamento humano, garantindo que os procedimentos adicionais não constituam apenas uma resposta formal ao risco, mas um verdadeiro instrumento de criação de confiança e credibilidade no relato financeiro (Rautiainen et. al., 2021). De forma a sistematizar os principais contributos da literatura analisada, foi criada uma tabela que sintetiza os principais tópicos abordados, as conclusões predominantes e as perspetivas de investigação futura identificadas nos estudos incluídos na revisão sistemática da literatura.

Tabela VI – Tabela síntese

<i>Principais tópicos abordados</i>	<i>Principais conclusões</i>	<i>Perspetivas de investigação futura</i>	<i>Referências Bibliográficas</i>
<i>Risco e planeamento da auditoria</i>	O risco constitui o elemento estruturante do planeamento, influenciando a natureza, extensão e <i>timing</i> dos procedimentos adicionais. Níveis elevados de risco estão associados a estratégias mais conservadoras e maior esforço de auditoria.	Analisar como diferentes contextos organizacionais e culturais na equipa de auditoria influenciam a tradução do risco em planeamento procedimental.	Abidin (2017), Fay et al. (2015) e Graham et al. (2018)
<i>Risco, esforço, eficiência e eficácia</i>	O aumento do risco conduz a maior esforço e eficácia, mas reduz a eficiência operacional. Existe um <i>trade-off</i> estrutural entre custo e qualidade da auditoria.	Investigar modelos de otimização entre esforço, eficácia e eficiência em auditorias baseadas no risco.	Laitinen & Laitinen (2015) e Seidel (2017)
<i>Risco inerente e risco de distorção material</i>	O risco inerente e o risco de distorção material são motores centrais da resposta procedimental, embora se verifique frequentemente desalinhamento entre risco identificado e procedimentos aplicados.	Desenvolver métricas e instrumentos que melhorem o alinhamento risco-procedimento.	Cipriano et al. (2016); Graham et al. (2018) e Jung (2016)
<i>Fatores cognitivos e comportamentais</i>	Heurísticas, pressão de tempo e limitações cognitivas influenciam a perceção do risco e podem conduzir à subavaliação de riscos qualitativos.	Estudar intervenções formativas e metodológicas que reduzam enviesamentos cognitivos na auditoria.	Abidin (2017); Fay et al. (2015) e Lisic et al. (2019)
<i>Empowerment e ceticismo profissional</i>	Equipas empoderadas apresentam maior ceticismo profissional e	Avaliar o impacto da cultura organizacional e da	Abidin (2017); Lisic et al. (2019) e Sujana & Dharmawan (2023)

	respostas procedimentais mais consistentes aos riscos.	liderança na qualidade da resposta ao risco.	
<i>Instituições e enquadramento regulatório</i>	O risco de inspeção e a pressão regulatória influenciam fortemente os procedimentos, podendo gerar respostas defensivas.	Analisar o alinhamento entre incentivos institucionais e objetivos substantivos da auditoria.	Fay et al. (2015) e Jung (2016)
<i>Audit Committee</i>	A presença de <i>audit committees</i> ativos melhora o alinhamento entre risco e procedimentos.	Investigar o papel da competência técnica dos membros do <i>audit committee</i> na qualidade da auditoria.	Abidin (2017) e Graham et al. (2018)
<i>Contextos específicos</i>	A aplicação do RBA varia significativamente consoante o contexto organizacional e institucional.	Estudar a adaptação do RBA em contextos multinacionais e em entidades públicas.	Cao et al. (2015) e Graham et al. (2018)
<i>Tecnologia e auditoria baseada no risco</i>	A tecnologia amplia a capacidade de identificação e monitorização do risco, mas não substitui o julgamento profissional.	Avaliar o impacto da inteligência artificial e da auditoria contínua na resposta ao risco.	Cipriano et al. (2016) e Lisic et al. (2019)

Fonte: Elaboração Própria

A tabela evidencia que, apesar da centralidade do risco no modelo de auditoria, a tradução desse fator em procedimentos adicionais continua a ser fortemente influenciada por fatores humanos, organizacionais e tecnológicos, salientando, assim, a complexidade do processo de auditoria e a necessidade de investigação futura.

3. APRESENTAÇÃO DO ESTÁGIO E INTERLIGAÇÃO COM O TEMA

A revisão sistemática de literatura desenvolvida no presente trabalho evidenciou que o risco constitui o elemento estruturante do modelo de auditoria baseada no risco, influenciando diretamente a definição, a extensão, a natureza e o momento dos procedimentos adicionais de auditoria. Esta relação teórica foi amplamente confirmada durante o estágio curricular realizado na Deloitte & Associados, SROC, S.A., permitindo observar, em contexto profissional, como os princípios normativos são transportados para a prática.

3.1. Breve descrição da empresa e do estágio

A entidade de acolhimento para a realização do estágio foi a Deloitte & Associados, SROC, S.A.. A Deloitte é reconhecida por integrar o grupo das *Big Four*, pois está presente em mais de 100 países e territórios e conta com uma rede de mais de 300 mil profissionais. A SROC em questão está registada na OROC sob o número 43 e na CMVM sob o número 20161389, bem como na PCAOB.

De acordo com o relatório anual de transparência, a entidade destaca-se no mercado pelo seu compromisso com a qualidade do trabalho de auditoria. Os profissionais das sociedades que constituem a Deloitte Portugal partilham padrões de excelência, valores e princípios éticos, bem como metodologias e sistemas de controlo de qualidade e de gestão de risco estabelecidos pela DTTL (*Deloitte Touche Tohmatsu LLC*).

O estágio teve início no dia 1 de setembro de 2024, no âmbito do processo de contratação e formalização do protocolo entre a entidade e o ISEG, bem como do discente selecionado pela empresa, no qual está assente o plano de estágios (Anexo I), elaborado pelo Orientador da Entidade e aprovado pela Comissão Científica e Pedagógica do Mestrado. Desta forma, o estágio decorreu tanto nas instalações dos clientes como nos escritórios da Deloitte, tendo terminado a 1 de março de 2025. O estágio decorreu no departamento de PSUR, que presta serviços nas áreas da indústria de produtos e serviços, utilidades e recursos, sob orientação do *Partner* Pedro Gomes.

Para a realização do estágio, fui recebida e acolhida com os restantes analistas, tendo iniciado o processo de integração na empresa, na sua cultura e sucessivamente, nas formações de cariz técnico. Assim, as primeiras semanas de estágio foram dedicadas à formação técnica, tal como ao conhecimento da entidade e o seu controlo interno,

procedimentos substantivos, programas de auditoria utilizados, bem como competências profissionais relevantes.

Durante o estágio, o contacto com diferentes clientes e diversas equipas foi regular, tendo assim a oportunidade de trabalhar com colegas de diferentes contextos e níveis de experiência profissional.

3.2. Atividades desenvolvidas durante o estágio

No decorrer do estágio, foram desenvolvidas atividades de acordo com o Plano de Estágio, de forma a cumprir os objetivos iniciais propostos. Uma vez que a posição ocupada foi a de *Trainee*, foram atribuídas áreas que acarretam um menor risco, uma maior análise documental e recolha de informação, tal como um menor julgamento profissional.

De qualquer forma, ao longo do estágio, foi demonstrado um interesse crescente em tarefas com um nível de complexidade técnica e julgamental mais elevado. Além disso, este estágio sempre privilegiou o desenvolvimento da competência técnica e da compreensão dos assuntos relacionados com a área de Auditoria e consequentemente com Relato Financeiro.

Ao longo do estágio, foram desempenhadas tarefas nas diversas fases do trabalho de auditoria, que, segundo o DTTL Audit Approach Manual são as seguintes: *Planning, Special Considerations and other Audit Procedures, Tests of Controls and Substantive Procedures e Evaluate and Conclude*.

Uma auditoria apresenta normalmente três fases: a primeira incide sobre o planeamento da mesma; a segunda é a execução do trabalho de campo; e a terceira é a conclusão do trabalho desenvolvido, terminando assim com a emissão da CLC.

A primeira fase é possível através da compreensão da atividade do cliente, da avaliação do risco, da definição da materialidade, da determinação de uma abordagem adequada e do desenvolvimento de um plano de auditoria. A concretização deste efeito é maioritariamente da competência do sócio e dos gerentes do projeto, visto ser necessário um *input* que só é possível através de experiência e de entendimento sobre o assunto.

A segunda fase é colocada em prática através da revisão dos relatórios (CLC, Carta de Comentários, Declaração do Órgão de Gestão (DOG)), referentes a anos anteriores, e

da identificação dos pontos de maior impacto/significância do trabalho de auditoria, tal como uma primeira elaboração dos trabalhos substantivos.

Por fim, a última fase, normalmente após o fecho de contas dos clientes, consiste na realização de procedimentos substantivos finais e o término das análises efetuadas na fase preliminar.

É importante salientar que esta é uma visão geral de todas as fases, já que estas englobam um conjunto de outros procedimentos e análises que culminam na emissão da Certificação Legal de Contas.

3.3. Avaliação do risco e planeamento de auditoria

De acordo com a literatura analisada, a avaliação do risco não deve ser encarada como uma etapa isolada, mas como um processo contínuo que acompanha todo o ciclo de auditoria. Esta perspetiva foi claramente observada no estágio, uma vez que o risco era permanentemente reavaliado ao longo das diferentes fases do trabalho — desde o planeamento inicial, passando pela fase preliminar, até à execução final dos procedimentos substantivos e à fase de conclusão.

Em conformidade com a ISA 315, a Deloitte operacionaliza a identificação e avaliação dos riscos de distorção material através do Guided Risk Assessment (GRA), integrado nos *Deloitte Way Workflows* (DWW). Este instrumento traduz, na prática, o modelo normativo apresentado na literatura, ao estruturar a avaliação do risco com base em múltiplas fontes de informação: dados financeiros históricos, conhecimento da entidade, reuniões com a administração, análise do ambiente de controlo e revisões analíticas preliminares.

Este processo evidencia a articulação entre julgamento profissional e suporte metodológico, tal como defendido na revisão sistemática. Embora o GRA forneça uma estrutura orientadora, a sua correta aplicação depende fortemente da interpretação crítica do auditor, confirmando a ideia de que o risco não é um conceito puramente objetivo, mas sim construído através da perceção e do enquadramento profissional (Barnes & Enget, 2022; Barnes et. al., 2024).

A definição da materialidade constitui outro exemplo claro da aplicação prática dos princípios teóricos. No estágio, esta abordagem foi aplicada através da seleção de

benchmarks, da aplicação de percentagens orientadoras e da consideração do risco de agregação e da materialidade qualitativa. A decisão de considerar determinadas rubricas como materialmente relevantes, mesmo quando não ultrapassavam o limiar quantitativo, demonstra a importância do julgamento profissional, confirmando os resultados evidenciados na revisão sistemática.

3.4. Risco e definição dos procedimentos adicionais

A literatura analisada indica que níveis mais elevados de risco conduzem, por norma, a um reforço dos procedimentos substantivos e da recolha de evidência externa. Esta relação foi amplamente observada durante o estágio, nomeadamente nas áreas consideradas mais sensíveis, como Clientes, Caixa e Equivalentes, Estado e Outros Entes Públicos e Fornecimentos e Serviços Externos.

No caso da rubrica de Caixa e Equivalentes, por exemplo, apesar de nem sempre ser material em termos quantitativos, o seu elevado risco de fraude justifica a aplicação de procedimentos adicionais específicos, como confirmações bancárias, reconciliações detalhadas e validação de poderes de assinatura. Esta rubrica ilustra claramente a influência do risco qualitativo na seleção dos procedimentos, conforme defendido pela literatura.

Na área de Clientes, a utilização de uma amostra estatística reflete a preocupação em direcionar o esforço de auditoria para os montantes com maior impacto potencial. A realização de procedimentos de confirmação externa de saldos e transações, procedimentos alternativos e análises de antiguidade dos saldos demonstram como o risco de incobrabilidade e de sobreavaliação dos ativos condiciona diretamente a natureza e a extensão dos testes aplicados.

De igual forma, nos Fornecimentos e Serviços Externos, a distinção entre procedimentos de revisão analítica substantiva e testes de detalhe ilustra a adaptação dos procedimentos às características específicas do risco associado a cada subconta. Esta diferenciação confirma a ideia, amplamente discutida na literatura, de que os procedimentos adicionais devem ser customizados em função do perfil de risco, e não aplicados de forma padronizada.

3.5. Controlo interno e ajustamento da resposta ao risco

Outro aspeto central identificado na revisão sistemática refere-se à influência do controlo interno na definição da abordagem de auditoria. Na prática, verificou-se que um maior grau de confiança no sistema de controlo interno permite reduzir a extensão dos testes substantivos, enquanto fragilidades nos controlos conduzem ao reforço dos procedimentos adicionais.

Embora a avaliação formal do controlo interno seja maioritariamente conduzida por auditores mais experientes, a sua influência era claramente refletida no trabalho desenvolvido no estágio, nomeadamente na dimensão das amostras, na profundidade dos testes e na necessidade de recolha de evidência externa adicional. Esta observação confirma empiricamente a relação entre risco de controlo, risco inerente e risco de distorção material, conforme descrito na literatura.

3.6. Revisão subsequente e risco temporal

A revisão subsequente constitui um dos exemplos mais claros da influência do risco no planeamento temporal dos procedimentos. Esta área é particularmente relevante para a mitigação de passivos omissos e de distorções relevantes. No estágio, esta fase foi cuidadosamente planeada em função do período analisado, sendo o *scope* ajustado de acordo com a proximidade à data de fecho de contas, o que reflete a aplicação prática do conceito de risco temporal.

A análise de documentos subsequentes, a verificação de acréscimos e diferimentos e a validação de pagamentos e recebimentos após a data de balanço demonstram como o risco condiciona a escolha e a realização dos procedimentos necessários.

3.7. Limitações práticas e julgamento profissional

Um dos principais contributos da revisão sistemática foi a identificação de que a relação entre risco e procedimentos adicionais não é sempre proporcional nem automática. Esta conclusão foi igualmente observada na prática. Apesar da existência de metodologias estruturadas, verificou-se que fatores como tempo e limitações de recursos disponíveis, padronização de programas de trabalho e experiências de exercícios anteriores podem condicionar a adaptação dos procedimentos ao perfil de risco identificado.

Esta realidade confirma a perspectiva teórica de que a auditoria baseada no risco é um processo socialmente construído, dependente do contexto organizacional e das condições em que o julgamento profissional é exercido. Assim, a transformação do risco em procedimentos adicionais não resulta apenas da aplicação técnica das normas, mas também da capacidade crítica, da experiência e do ceticismo profissional dos auditores aplicados a cada caso concreto.

3.8. Papel da tecnologia

A utilização de diversas ferramentas utilizadas pela Deloitte demonstra a crescente importância da tecnologia na estruturação do trabalho de auditoria. Estas ferramentas facilitam a documentação, a análise de dados, o controlo de confirmações externas e a monitorização do progresso dos procedimentos. Contudo, tal como evidenciado na literatura, a tecnologia não substitui o julgamento profissional, funcionando apenas como um meio de apoio à tomada de decisão.

A interpretação dos resultados obtidos através destas ferramentas continua a depender da capacidade crítica do auditor, confirmando que a resposta ao risco permanece essencialmente um processo humano, ainda que tecnologicamente assistido.

Em síntese, o estágio curricular permitiu validar, em contexto real, os principais resultados da revisão sistemática de literatura. A avaliação do risco revelou-se efetivamente o elemento estruturante do planeamento e da execução da auditoria, condicionando a seleção, a extensão e o momento dos procedimentos adicionais. Contudo, tal como evidenciado teoricamente, esta relação mostrou-se mediada por fatores humanos, organizacionais, institucionais e tecnológicos.

A experiência prática confirmou que uma auditoria de qualidade não depende apenas da existência de metodologias formais, mas sobretudo da capacidade de os auditores interpretarem criticamente o risco e traduzirem essa avaliação em procedimentos verdadeiramente adequados às áreas de maior vulnerabilidade das demonstrações financeiras. Deste modo, a articulação entre a revisão sistemática da literatura e a experiência adquirida durante o estágio reforça a relevância do tema apresentado, demonstrando que o risco não é apenas um conceito teórico, mas sim um elemento central e determinante da prática profissional da auditoria financeira.

4. CONCLUSÃO

A Revisão Sistemática de Literatura elaborada permitiu confirmar que o risco constitui o elemento estruturante do modelo de auditoria baseada no risco, acabando por condicionar a forma como é desenhado o planeamento, a natureza, a extensão e o momento dos procedimentos adicionais de uma auditoria de demonstrações financeiras.

No entanto, a literatura mostra consistentemente que esta relação não é automática nem mecânica, sendo mediada por fatores humanos, organizacionais, institucionais e tecnológicos. Como consequência, o modelo normativo de auditoria baseada no risco deve ser entendido como um enquadramento orientador, cuja aplicação prática depende do julgamento profissional do auditor e do seu contexto.

A análise crítica dos estudos revelou também tensões entre a eficiência e a eficácia, bem como a influência significativa das heurísticas cognitivas, do clima organizacional, do enquadramento regulamentar e da governança empresarial, e ainda o impacto crescente da tecnologia na transformação da resposta ao risco. Estes fatores reforçam a ideia de que a auditoria baseada no risco é, simultaneamente, um processo técnico e socialmente construído.

A experiência adquirida durante o estágio curricular na Deloitte & Associados, SROC, S.A., permitiu validar empiricamente os principais resultados da revisão sistemática.

Num contexto profissional, foi possível observar que a avaliação de risco acompanha todas as fases da auditoria, desde o planeamento até à conclusão, e que a sua tradução em procedimentos adicionais resulta de uma combinação de metodologias estruturadas com julgamento profissional. Constatou-se também que fatores como o tempo, a padronização de programas de trabalho e os recursos disponíveis podem condicionar a adaptação dos procedimentos ao perfil de risco identificado, confirmando os desafios práticos evidenciados na literatura.

O estágio também permitiu consolidar conhecimentos técnicos, desenvolver competências profissionais e compreender de forma integrada o funcionamento real do processo de auditoria, reforçando a importância do ceticismo profissional, da qualidade da documentação e da capacidade crítica na resposta ao risco.

Em termos de contributos, este trabalho oferece uma síntese sistemática da literatura recente sobre o papel do risco nos procedimentos adicionais de auditoria, integrando diversas perspetivas. A articulação entre teoria e prática constituiu um valor acrescentado ao estudo, na medida em que acabou por demonstrar a aplicabilidade e as limitações do modelo de auditoria baseada no risco em contexto profissional real.

No entanto, o presente estudo apresenta algumas limitações. A revisão sistemática abrange apenas artigos publicados em língua portuguesa e inglesa entre 2015 e 2025, o que pode ter restringido a abrangência da literatura analisada. Adicionalmente, a componente empírica baseou-se numa única experiência profissional, o que não permite generalizações para outros contextos organizacionais.

Neste sentido, identificam-se algumas perspetivas com possibilidade de investigação futura. Em particular, o desenvolvimento de estudos empíricos que analisem quantitativamente o grau de concordância entre o risco identificado e os procedimentos adicionais efetivamente aplicados. O impacto da cultura organizacional, do empoderamento das equipas e dos modelos de liderança na qualidade da resposta ao risco também é um tópico interessante e relevante. Adicionalmente, a integração crescente de tecnologias, inteligência artificial e auditoria contínua constitui um campo promissor para futuras investigações, sobretudo no que respeita à forma como estas ferramentas influenciam o julgamento profissional e a eficácia da auditoria.

Por fim, é pertinente aprofundar o estudo da auditoria baseada no risco em contextos específicos, como auditorias de grupo, no setor público e em entidades de menor dimensão, de modo a compreender melhor a sua adaptabilidade e limitações estruturais.

Em suma, este trabalho mostra que o risco não é apenas um conceito normativo, mas sim um elemento central e determinante da prática profissional. A sua correta tradução em procedimentos adicionais exige uma integração equilibrada entre técnica, julgamento profissional, contexto organizacional e suporte tecnológico, sendo esta articulação fundamental para a credibilidade e a qualidade da auditoria financeira.

REFERÊNCIAS

Abidin, N. H. Z. (2017). Factors influencing the implementation of risk-based auditing. *Asian Review of Accounting*, 25(3), 361–375. <https://doi.org/10.1108/ARA-10-2016-0118>.

Austin, A. A., Carpenter, T. D., Christ, M. H. & Nielson, C. S. (2025). Empowering auditors to pursue fraud during evidence evaluation. *Accounting Horizons*, 39(2), 7–18. <https://doi.org/10.2308/HORIZONS-2023-187>.

Australian Business Deans Council. (2022). *ABDC Journal Quality List*. Australian Business Deans Council. <https://abdc.edu.au/abdc-journal-quality-list/>. [Acesso em 25 de outubro de 2025].

Awadallah, A. A. & Elsaid, H. M. (2020). Investigating the impact of macro-economic changes on auditors' assessments of audit risk: A field study. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(3), 345–361. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2019-0149>.

Backof, A. G., Christensen, B. E., Glover, S. M. & Schmidt, J. J. (2025). Can combining judgment decomposition and notetaking improve group auditors' sensitivity to qualitative risk? *Contemporary Accounting Research*, 1–27. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.13072>.

Barnes, M. & Enget, K. A. (2022). Time is of the essence: An audit escape room activity. *Issues in Accounting Education*, 37(1), 91–108. <https://doi.org/10.2308/ISSUES-19-027>.

Barnes, M., Enget, K. A. & Heberer, M (2024). Sparked intuition power: An audit risk activity. *Journal of Risk and Financial Management*, 17(6), Article 12. <https://doi.org/10.3390/jrfm17060219>.

Bradbury, M. E. & Scott, T. (2022). Auditor's responses to changes in risk. *International Journal of Auditing*, 26(1), 405–419. <https://doi.org/10.1111/ijau.12288>.

Cahan, S. F., Che, L., Knechel, W. R., & Svanström, T. (2022). Do audit teams affect audit production and quality? Evidence from audit teams' industry knowledge.

Contemporary Accounting Research, 39(4), 2657–2695. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12807>.

Cao, L., Li, W. & Zhang, L. (2015). Audit mode change, corporate governance and audit effort. *China Journal of Accounting Research*, 8(4), 315–335. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2015.05.002>.

Cipriano, M., Hamilton, E. L. & Vandervelde, S. D. (2016). Newport Soup Inc.: An interactive inherent risk assessment case. *Journal of Accounting Education*, 37, 13–23. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2016.07.002>.

Dominic, D., Gold, A. & Wright, A. (2024). The impact of account-level inspection risk on audit program planning decisions. *Accounting Horizons*, 38(1), 35–42. <https://doi.org/10.2308/HORIZONS-2022-184>.

Duan, H. K., Vasarhelyi, M. A. & Codesso, M. (2025). Integrating process mining and machine learning for advanced internal control evaluation in auditing. *Journal of Information Systems*, 39(1), 55–75. <https://doi.org/10.2308/ISYS-2022-028>.

Dwyer, K. M., Brennan, N. M. & Kirwan, C.E. (2024). Disclosure of auditor risk assessments in expanded audit reports. *Journal of Applied Accounting Research*, 25(1), 1–23. <https://doi.org/10.1108/JAAR-07-2022-0181>.

Eulerich, M., Georgi, C. & Schmidt, A. (2020). Continuous risk monitoring and assessment: New component of continuous assurance. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 17(2), 141–155. <https://doi.org/10.2308/JETA-2020-004>.

Fay, R., Jenkins, J. G. & Popova, V. (2015). Effects of awareness of prior-year testing strategies and engagement risk on audit decisions. *Managerial Auditing Journal*, 30(3), 226–243. <https://doi.org/10.1108/MAJ-04-2013-0845>.

Graham, L., Bedard, J. C. & Dutta, S. (2018). Managing group audit risk in a multicomponent audit setting. *International Journal of Auditing*, 22(1), 40–54. <https://doi.org/10.1111/ijau.12103>.

International Auditing and Assurance Standards Board. (2019). *ISA 315 (Revised 2019): Identifying and assessing the risks of material misstatement*. International Federation of Accountants (IFAC). <https://www.iaasb.org/publications/isa->

[315-revised-2019-identifying-and-assessing-risks-material-misstatement](#). [Acesso 3 de outubro de 2025].

Johnson, L. M., Keune, M. B., & Winchel, J. (2018). U.S. Auditors' Perceptions of the PCAOB Inspection Process: A Behavioral Examination. *Contemporary Accounting Research*, 36(3). <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12467>.

Jung, S. H. (2016). Audit effort and market-perceived risk: Evidence from South Korea. *Australian Accounting Review*, 26(3), 255–270. <https://doi.org/10.1111/auar.12099>.

Kang, Y. J., Piercey, M. D. & Trotman, A. (2020). Does an audit judgment rule increase or decrease auditors' use of innovative audit procedures? *Contemporary Accounting Research*, 37(1), 297-321. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12509>.

Kim, Y & Park, S. (2024). The effects of accounting comparability, income smoothing and engagement partners on audit risk. *International Journal of Auditing*, 28(1), 270–287. <https://doi.org/10.1111/ijau.12330>.

Laitinen, E. K. & Laitinen, T. (2015). A probability tree model of audit quality. *European Journal of Operational Research*, 243(3), 655–677. <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2014.12.021>.

Li, C., Raman, K. K., Sun, L. & Yang, R. (2020). The SOX 404 control audit and the effectiveness of additional audit effort in lowering the risk of financial misstatements. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 54(1), 981–1009. <https://doi.org/10.1007/s11156-019-00814-7>.

Li, D. D., Lin, W., Sun, P., Tang, Y. & Cheng, Z. (2024). Breaking the Big Four brand's halo effect precisely: Evidence from the association between RMM coverage ratios and integrated audit effectiveness. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 62(1), 1291–1328. <https://doi.org/10.1007/s11156-023-01238-0>.

Lisic, L. L., Myers, L. A., Seidel, T. A. & Zhou, J. (2019). Does audit committee accounting expertise help to promote audit quality? Evidence from auditor reporting of internal control weaknesses. *Contemporary Accounting Research*, 36(4), 2521–2553. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12517>.

Liu, T., Chong, H., Wei, X. & Liao, P. (2025). Construction quality risk assessment models for justifying inherent defects insurance: Quantified evidence from big data in court cases. *Journal of Management in Engineering*, 41(4). <https://doi.org/10.1061/JMENEAE.MEENG-6507>.

Mao, M. Q. & Yu, Y. (2015). Analysts' cash flow forecasts, audit effort, and audit opinions on internal control. *Journal of Business Finance & Accounting*, 42(5–6), 306–686. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12117>.

McCallen, J. B., Carrasco, H., Doxey, M. M., Houston, R. W. & Kang, Y. J. (2025). Disentangling overall audit inspection risk: The effects of inspection focus and inspection likelihood. *Accounting Horizons*, 39, 1–17. <https://doi.org/10.2308/HORIZONS-2024-062>.

Page, M. J. et al. (2021). PRISMA 2020 explanation and elaboration: updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n160. <https://doi.org/10.1136/bmj.n160>.

Rautiainen, A., Saastamoinen, J. & Pajunen, K. (2021). Do key audit matters (KAMs) matter? Auditors' perceptions of KAMs and audit quality in Finland. *Managerial Auditing Journal*, 36(3), 386–408. <https://doi.org/10.1108/MAJ-11-2019-2462>.

Rummell, J. E. & Weickgenannt, A. (2021). Planning for substantive testing at the assertion level: A training activity and mini case. *Current Issues in Auditing*, 15(1), I15–I30. <https://doi.org/10.2308/CIIA-2020-003>.

Seidel, T. A. (2017). Auditors' response to assessments of high control risk: Further insights. *Contemporary Accounting Research*, 34(3), 1340–1377. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12312>.

Sujana, E. & Dharmawan, N. A. S. (2023). Audit quality improvement and the role of risk: Audit as a moderator. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 17(4), 223–238. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v17i4.14>.

Vu, T. Q., Afifa, M. A. & Tran, N. K. (2025). Risk-based audit approach and audit quality in the public sector: Empirical evidence from an emerging country. *Asian Review of Accounting*. <https://doi.org/10.1108/ARA-12-2024-0364>.

Whitfield, A. R., Kang, Y. J. & Trotman, K. T. (2024). Auditor communication on critical audit matters: Timing, inspection likelihood, and the audit committee. *Contemporary Accounting Research*, 41(2), 976–999. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12934>.

Yang, J., Wu, H. & Yu, Y. (2021). Distracted institutional investors and audit risk. *Accounting & Finance*, 61, 3855–3881. <https://doi.org/10.1111/acfi.12718>.

DECLARAÇÃO

Durante a preparação desta tese, foram utilizadas ferramentas assistidas por IA, para melhorar a ortografia, a gramática e para traduzir alguns excertos de inglês para português, garantindo que a tradução fosse fidedigna e mantivesse a coerência terminológica dos todos os artigos. Após o uso dessas ferramentas, foi feita uma revisão atenta ao texto final, garantindo a precisão do conteúdo e assumindo assim total responsabilidade pela versão final de todo o texto escrito.

ANEXOS

Anexo 1:

Plano de Estágio - TFM

Dados do aluno:

- Nome da Estagiário – Filipa dos Santos Nunes
- Nome do Mestrado – Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais
- Data de início do estágio – 2 de setembro de 2024
- Data de fim de estágio – 28 de fevereiro de 2025

Dados da Empresa:

- Nome da Empresa – Deloitte
- Nome do Orientador de Estágio da empresa – Pedro Miguel Gomes
- Departamento do Orientador – *Audit and Assurance*
- Email/Telefone do Orientador – pegomes@deloitte.pt

Objetivos do Estágio:

O estágio proposto tem como objetivo potenciar ao candidato a aquisição de experiência e conhecimentos em auditoria e áreas conexas, nomeadamente, contabilidade, finanças empresariais, relato financeiro e fiscalidade, em contexto real, através da colaboração com as equipas de auditoria de Lisboa.

Assim, o candidato, para além da participação em sessões de formação específica em matérias de relato financeiro e auditoria, integrará equipas alocadas a projetos de trabalho, podendo as suas funções ser exercidas quer das instalações das entidades a quem o serviço de auditoria é prestado, quer nos escritórios da Deloitte ou em remoto, dependendo das circunstâncias concretas de cada projeto. De forma a potenciar a aquisição de conhecimentos e a multiplicidade de experiências o candidato integrará diversas equipas com diferentes elementos e em diversos trabalhos em entidades pertencentes a indústrias diversas.

Principais atividades (tarefas) a desenvolver:

As tarefas que o estagiário irá desenvolver, incluirão nomeadamente o seguinte:

- Apoio no levantamento/atualização e documentação do entendimento da entidade sujeita a auditoria, nomeadamente ao nível de envolvente macroeconómica, caracterização de mercado, análise de principais *stakeholders*, identificação de riscos a que a entidade está sujeita;
- Apoio na execução de procedimentos de revisão analítica preliminar tendentes à identificação de riscos associados à preparação das demonstrações financeiras, com particular relevância na análise das principais medidas de performance utilizadas pela entidade na análise da sua atividade;
- Levantamento de relações com partes relacionadas e entendimento das mesmas;
- Apoio no levantamento, documentação e teste do ambiente de controlo interno da entidade, incluindo o processo de "*Risk Assessment*", processos de "*monitoring*", bem como entendimento dos procedimentos de controlo interno aplicáveis aos principais ciclos de negócio, respetiva validação do desenho e implementação e bem assim teste da sua operacionalidade;
- Apoio na elaboração de recomendações de melhoria/reforço de controlo interno;
- Execução de procedimento de testes de auditoria de menor complexidade, nas diversas asserções sujeitas a risco de distorção material, nomeadamente (ativos fixos, inventários, caixa e bancos, procedimentos de confirmação de saldos de terceiros, testes analíticos ao nível da demonstração de resultados e verificação de correlações existentes entre as diversas transações da entidade);
- Eventual apoio nos processos de validação de exercícios de consolidação com aprofundamento de conhecimentos técnicos destas matérias;
- Apoio nos processos de análise de eventos subsequentes e validação de demonstrações financeiras a serem emitidas pela entidade sujeita a auditoria.

Cronograma das atividades:

Tabela VII – Cronograma das atividades

Tarefas	Calendarização (meses)					
	Set/24	Out/24	Nov/24	Dez/24	Jan/25	Fev/25
Definição do Plano de Trabalhos	X					
Acolhimento	X					
Formação	X					
Participação em projetos		X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração Própria

Acolhimento (1 semana)

Formação específica em contabilidade (1 semana)

Formação em auditoria (2 semanas)

Apoio na execução em projetos de auditoria, nas diversas fases de auditoria de entidades de diversas indústrias (32 semanas)

Outras tarefas de apoio às equipas de auditoria (1/2 semanas)